



ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Ata nº 36 - Aos onze dias do mês dezembro de 2014, na sala de reuniões nº 925, 9º andar da sede do IPREV/SC, sito à Rua Visconde de Ouro Preto, 291 – Centro, Florianópolis - SC, às catorze horas, constatada a existência de quórum, reuniu-se o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina, para reunião ordinária de convocação do Presidente Johni Lucas da Silva. Presentes os Conselheiros: Johni Lucas da Silva, Marcos Felipe, Carlos Alberto Civinski, Ângela Regina dos Santos Eickhoff, Reinhard Richter e o Conselheiro Suplente Adriano Dias de Lima que assinaram a lista de presença que fará parte desta ata. Passou-se a deliberação dos itens constantes na pauta. 1 - Leitura e aprovação da ata anterior. 2 – Expediente e Comunicações: O Presidente Johni Lucas da Silva comunicou a presença do Presidente Adriano Zanotto que veio a convite deste conselho para esclarecer dúvidas referentes ao funcionário do IPREV que será disponibilizado para as reuniões, ficou acordado que ele iria conversar com a Diretora de Administração para colocar um funcionário a disposição deste Conselho. O Presidente Johni Lucas da Silva agradeceu o envio do Projeto de Lei PLC nº 0017.5/2013, que altera a Lei Complementar nº 412, de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC. O Presidente do IPREV informa que o enviou a resolução nº 004 do Conselho de Administração sobre a taxa de administração, e solicitou um estudo junto a PGE. Após estudo realizado pela PGE, solicitado pela Secretaria da Fazenda sobre os royalties foi recomendado que o pagamento deverá ser efetuado diretamente ao Fundo Previdenciário, o IPREV constituiu um Corpo Técnico para estudo. O Conselheiro Marcos Felipe enfatiza que este Conselho deve ter um ambiente institucional disponibilizando a massa de servidores notícias sobre o RPPS/IPREV. 3 – Apreciação do demonstrativo contábil referente aos meses de setembro e outubro e Balancetes comparativos de receita e despesa e notas de conformidade fiscal: Foi apresentado um relatório de análise dos balancetes do 5º bimestre pelo Conselheiro Carlos Alberto Civinski conforme segue: Unidade Gestora 470022: 1.Despesas Orçamentárias: item 1.1. Dotação Orçamentária: verificou-se que os créditos orçamentários com pessoal aumentaram em 13% e outras despesas correntes em 27%. Os créditos referentes a investimentos diminuíram 46%, restando um saldo a maior de 5%. 1.2. Execução da Despesa Orçamentária: Observando o gasto médio nos bimestres anteriores, foi constatado que apesar do aumento da dotação com pessoal em 13%, esta dotação ainda deverá ser suplementada, pois o gasto médio ficou em 17,61%. Porém, as outras despesas correntes deverão ter uma sobra de aproximadamente 18,62 pp. Os investimentos previstos não foram realizados em 93,36%, mesmo tendo sido suprimidos 46%. 2. Receitas X Despesas Orçamentárias: Verificou-se que o resultado orçamentário foi deficitário em todos os bimestres, haja vista que parte



da receita fica contabilizada nas unidades arrecadadoras. Essa diferença vem sendo atendida parcialmente pelas transferências intragovernamentais, apresentando um saldo atual negativo de R\$ 6,35 milhões, coberto pelo superávit financeiro de 2013 (saldo bancário inicial), refletindo na queda do Patrimônio Líquido. 3. Execução da Receita e da Despesa Patrimonial: As despesas não sofreram variações relevantes e considerando as despesas totais, as despesas com pessoal equivalem a 66%; as despesas com bens e serviços, 17%; as despesas tributárias, 13 %; transferências intragovernamentais, 1% e as demais despesas, 4%. Nas receitas totais, verificou-se que as remunerações de aplicações bancárias representaram neste bimestre 5,4%, enquanto as transferências intragovernamentais, 94,3% e as demais receitas, 0,3%. 4. Saldo Patrimonial: A liquidez dessa unidade gestora é favorável. Para cada R\$ 1,00 de obrigações ao curto prazo, há R\$ 6,06 de recursos financeiros (saldo bancário). Considerando os passivos a prazos curto e longo, para cada R\$ 1,00 de obrigações, a unidade dispõe de R\$ 1,19 em recursos circulantes, restando um saldo de R\$ 7,1 milhões, suficientes para liquidar todas as obrigações, dentre as quais se destacam R\$ 5,35 milhões em obrigações fiscais e R\$ 295,7 mil a fornecedores (ações judiciais), ambas de longo prazo. Observou-se que neste bimestre, o patrimônio líquido sofreu uma redução de R\$ 5,35 milhões. A contrapartida ocorreu nas contas do disponível (saldos bancários). Na Unidade 470075: 1. Despesas Orçamentárias: Somente 9% da dotação orçamentária, referente à Pessoal e a Encargos Sociais, foram executadas. Considerando que transcorreram 83% do período anual, a dotação foi definida em valor superior às necessidades do fundo. Essa foi a única despesa realizada, pois não houve execução orçamentária da reserva de contingência RPPS. 2. O resultado orçamentário foi superavitário. As receitas superaram as despesas em R\$ 162,87 milhões. Enquanto a receita arrecadada foi de R\$ 163,1 milhões, a despesa ficou em R\$ 226,7 mil. Isso porque, se trata de um fundo de capitalização em que a grande maioria dos contribuintes ainda não recebe benefícios. 3. Execução Patrimonial: Até este bimestre, a receita acumulada totalizou R\$ 805,09 milhões e a despesas totalizaram R\$ 1,061 bilhões. 4. O patrimônio total apresentado no Balanço Patrimonial é de R\$ 557,99 milhões, do qual 80% estão em aplicações temporárias de curto prazo (circulante) e 20% em bens móveis, imóveis e intangíveis. Do total das origens de recursos (Passivo e Patrimônio Líquido – R\$ 557,99 milhões) as provisões em longo prazo totalizam R\$ 712,43 milhões, gerando um patrimônio líquido negativo de R\$ 154,45 milhões. Ressalta-se que as provisões correspondem ao saldo atuarial das parcelas até então depositadas para composição dos benefícios dos servidores vinculados a esse fundo. No bimestre anterior, as provisões em longo prazo eram de R\$ 278,6 milhões e o Patrimônio Líquido era positivo em R\$ 218,1 milhões. 5. Aplicação dos Recursos: O saldo médio no período foi de R\$ 432,36 milhões e a remuneração dos depósitos bancários importou em R\$ 6,25 milhões, obtendo-se uma taxa aproximada de retorno de 1,4%. Unidade Gestora 470076: 1. Despesas



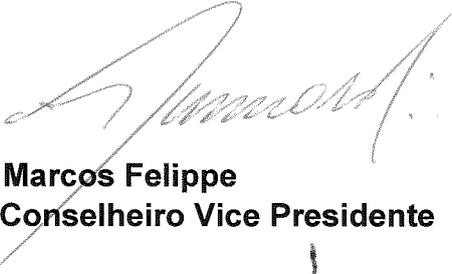
Orçamentárias 1.1. Dotação Orçamentária: No transcorrer deste exercício, a dotação orçamentária sofreu variações, os créditos orçamentários com pessoal aumentaram em 31,29% e outras despesas sofreram redução em 29%. No total, o orçamento foi suplementado em 31,24%. **1.2. Execução da Despesa Orçamentária:** Observando-se o gasto médio nos bimestres anteriores, verifica-se que, apesar do aumento da dotação com pessoal em 31%, essa dotação ainda deverá ser suplementada, pois o gasto médio ficou em 17% e o saldo é de 13%. As outras despesas correntes deverão ter uma sobra de aproximadamente de 38 pp. **2. Receitas X Despesas Orçamentárias:** O resultado orçamentário foi deficitário, haja vista que parte da receita fica contabilizada nas unidades arrecadoras. Desse modo, as despesas acumuladas superaram as receitas em R\$ 2,04 bilhões. Enquanto a receita arrecadada foi de R\$ 1,071 bilhão, a despesa atingiu R\$ 3,11 bilhões. As despesas excedentes foram realizadas com recursos oriundos de transferências intragovernamentais, isto é por meio de repasses realizados pelos órgãos públicos. **3. Execução Patrimonial:** Analisando os saldos acumulados no 5º bimestre, observou-se que as despesas superaram as receitas em apenas 1%. O principal item foi o registro de Provisões Matemáticas Previdenciárias em longo prazo no valor de R\$ 26,26 bilhões. Os demais itens de despesas não tiveram variação significativa. Os gastos com aposentadorias, reformas e pensões compõem 91,3% do total; outras despesas 0,2% e transferências financeiras concedidas, 8,5%. As receitas acumuladas até esse período totalizaram R\$ 29,76 bilhões, da qual, R\$ 26,25 bilhões se referem à Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias em Longo Prazo. O saldo restante é de R\$ 3,6 bilhões, cuja composição foi a seguinte: Contribuições sociais: R\$ 1,03 bilhão; Transferências intragovernamentais: R\$ 2,44 bilhões; Outras receitas R\$ 130 milhões. **4. Saldo Patrimonial:** Os recursos financeiros em caixa totalizaram R\$ 984 mil e os aplicados R\$ 66,20 milhões. De modo geral, a capacidade de pagamento do fundo financeiro é desfavorável. Os ativos totais somam R\$ 125 milhões, enquanto as obrigações, R\$ 394,3 milhões. Por isso, o Patrimônio Líquido apresenta saldo negativo de R\$ 269 milhões. Assim observa-se que a unidade gestora não possui condições de saldar 68% de suas obrigações. **4 – Votação do processo** foi sobrestada em face ao pedido de DILIGÊNCIA feito pelo Conselheiro Reinhard Richter para que sejam requisitadas informações à Unidade competente da Unidade Gestora – IPREV, para verificar se houve ou não previsão de custo adicional com contratação de motorista, combustível e manutenção dos veículos em relação ao Processo Licitatório IPREV/1400/2012. Foi encaminhada cópia da ata 35 de 13 de novembro, (ofício nº 001/2014/CF/RPPS/SC) para providências necessárias. **5 – Tomada de discussão** ao projeto de lei encaminhado ao Conselho Fiscal ficou adiado para próxima reunião. **6- Assuntos Gerais:** O Conselheiro Reinhard pediu informações sobre o e-mail encaminhado ao Conselho pela Senhora Miriam a qual informa que o pedido de pensão ao filho foi negado, ficou



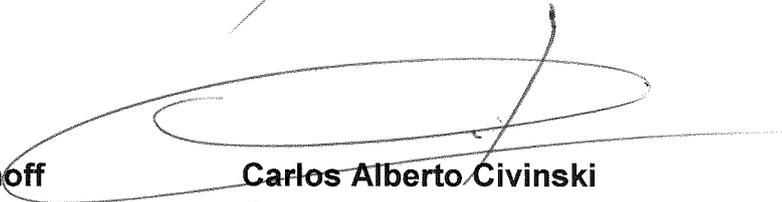
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO FISCAL

decidido que será encaminhado um ofício solicitando informações. O Presidente Johni Lucas da Silva informa sobre as datas das reuniões para Janeiro / Fevereiro de 2015, foram transferidas para 29 de janeiro e 26 de fevereiro. Assim a reunião foi encerrada, e eu, Ângela Regina dos Santos Eickhoff, Eickhoff lavrei esta ata.

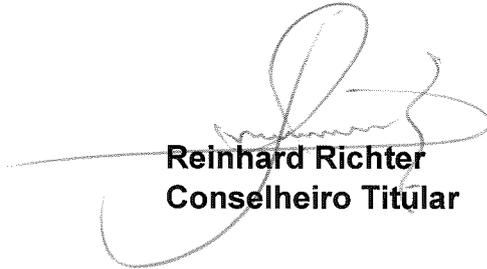

Johni Lucas da Silva
Conselheiro Presidente


Marcos Felipe
Conselheiro Vice Presidente


Ângela Regina dos Santos Eickhoff
Conselheira Secretária


Carlos Alberto Civinski
Conselheiro Titular

Adriano Dias de Lima
Conselheira Suplente


Reinhard Richter
Conselheiro Titular